

Ata da 40^a reunião ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba – CBH-PN3. Aos sete dias do mês de abril de 2015, às 09 horas, na sede do Comitê, na av. Antônio Thomaz Ferreira Rezende, 3.180 – Distrito Industrial, Uberlândia/MG, reuniram-se os representantes do CBH-PN3, no total de 29 presentes entre conselheiros titulares, suplementares e demais convidados, para discussão dos seguintes assuntos: Abertura, pelo presidente do CBH-PN3, Sr. Marcelo Gouveia Guimarães, leitura e aprovação da ata da 39^a Reunião Ordinária, Situação da Revisão do Plano Diretor, aitamento do convênio com o FHIDRO, agência de cobrança, campanha contínua de uso racional da água, alteração do nome do comitê e realização do curso de capacitação em Outorga e Gestão de Recursos Hídricos, assuntos gerais e encerramento. O presidente do CBH-PN3, Sr. Marcelo Gouveia Guimarães, verificou o quórum de 16 titulares e 05 suplementares, procedeu à abertura da reunião, cumprimentando a todos e dando as boas vindas com uma oração. O presidente prosseguiu, informando que por conta dos assuntos importantes a serem tratados, a pauta é extensa e pediu a colaboração e paciência de todos. Passou a palavra à vice-presidente do comitê, Fabianna Miller para que fizesse a leitura dos informes gerais, iniciando com as justificativas de ausência, começando pelo conselheiro Hideraldo Buch representante da SES, que justificou a sua ausência pois no mesmo dia estaria coordenando a reunião do CBH Baixo Rio Grande na cidade de Frutal - MG, o seu suplementar o senhor Cícero Monti Teixeira, representante da EPAMIG, não pode comparecer pois havia outros compromissos profissionais; o Sr. Geraldo Silvio de Oliveira que representa o DMAE, justificou a sua ausência devido estar a serviço em Brasília nesta data; o Sr. Gilson Antônio Guimarães, e seu suplementar Walmir Peruso, ambos representantes do IMA, devido a falta de recursos; a Sra. Dora M.P. Drummond, representante da OAB- Ituiutaba, por ter audiência em Capimópolis na mesma data; o Sr. Dener Carlos Vilariño Garcia, representante da PM-Ituiutaba, pois está em viagem pré-agendada para esta data, e por fim o Sr. Nicolau dos Santos de Oliveira - DER. Dando andamento aos trabalhos, o conselheiro Gustavo Malaccco solicitou a participação na plenária para apresentar o Projeto “Correntes do Tijucu” que visa fazer um diagnóstico de toda a bacia e sua revitalização. Questionado pelo conselheiro Thiago da FIEMG, sobre a votação de um item não pautado, e verificou-se que no art. 6º do Regimento consta esta possibilidade desde que com a concordância da plenária, e foi o que ocorreu. O conselheiro retomou a palavra e discorreu sobre o projeto, que é uma iniciativa da AMEDI (Ambiente e Educação Interativa) e que a aprovação do Comitê é fundamental para a validação do projeto junto ao Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais – FHIDRO. Houve questionamento sobre existência de algum programa do Poder Público sobre conservação do solo na bacia do PN3, no Triângulo Mineiro e Região do Pontal, sendo que a plenária, não tem conhecimento de projeto concreto do Poder Público ou Privado para investimento, uma vez que grande maioria da população é urbana e provavelmente não haja interesse dos Municípios nesse assunto. Conselheiro Gustavo Malaccco retoma a palavra e frisa sobre a necessidade do diagnóstico (conhecimento de toda a bacia), que tem prazo de conclusão em 18 meses, sendo etapa preparatória do projeto. O Conselheiro Marcel Leonardo Nogueira da SAE, questiona que projeto já foi aprovado e devaliado por inconsistências, e sobre possíveis parcerias além da UFU de Uberlândia, e Sr. Gustavo Malaccco informa que a parceria com a UFU é por conta de contrapartida financeira, e outras parcerias são bem vindas. Após feitas todas as considerações, o Presidente, ao confirmar as abstenções dos conselheiros: Daniela A. Rezende da Prefeitura Municipal de Tupaciguara, Gustavo B. M. Silva da ANGA , Ângela S. Albuquerque da AMEDI,
[Assinatura]

51 **Thiago A. do Nascimento da FIEMG, e Polyana C. Duarte do IGAM, propõe votação**
52 do projeto. Em razão da crise hídrica e dentro da competência deliberativa e consultiva
53 do Comitê em sua área de abrangência, foi recomendado pela maioria do conselho, o
54 Projeto “**Correntes do Tijucu**” em caráter de “**Alta prioridade**”. Em seguida,
55 retomando a pauta, sobre a 39ª Reunião Ordinária, o Presidente informou que como
56 não houve quórum, gerou-se relatório e não ata como de costume, e como não houve
57 questionamentos, deu por aprovado. Continuando, o Presidente deu ênfase para a
58 **Revisão do Plano Diretor do PN3, e a palavra foi dada à representante por procuração**
59 do Instituto Mineiro de Gestão das Águas, IGAM, Polyanna Custódio Duarte, que
60 descreveu que a revisão do **Plano** está em andamento, diretrizes estão sendo
61 elaboradas, e as modificações apontadas pelo Comitê, conforme questionamento do
62 Conselho, estão sendo consideradas. A previsão da oficina será em maio para que
63 haja conferência das exigências feitas pela ANA, e provavelmente em junho será
64 apresentado aos conselheiros para apreciação, sendo que o material será enviado com
65 antecedência, para que processo seja célere. Prosseguiu dizendo que a crise hídrica
66 instalada no país atrasou as ações mas que a equipe do **IGAM** está engajada em
67 finalizar essa solicitação. O Presidente toma a palavra e novamente destaca a
68 importância e urgência do plano, e relata que no Estado de Minas Gerais, ninguém
69 estará livre da cobrança de água, sendo que se cobrança não for feita pelo comitê, será
70 por órgão do Governo, realidade esta por conta do mau uso da água. Continuou
71 dizendo que relatou ao Procurador do Ministério Público que o PN3 não tem problemas
72 de água, que não há necessidade de política de racionamento, e sim conscientização e
73 investimento em política de uso racional da água. Afirmou ainda, que não existe no
74 INCRA projeto de distribuição de água nos assentamentos, o que contribui para o
75 desperdício. Disse também que houve avanço nas propostas enviadas ao Governo do
76 Estado, porém nada foi efetivado, até por conta das reestruturações que estão sendo
77 feitas dentro do **IGAM**, e a expectativa é que o Governo irá fortalecer pacto com os
78 comitês. Conselheiro Gustavo Malacca, toma a palavra e questiona se algum membro
79 do comitê participou de evento em Brasília, na Câmara dos Deputados ocorrido no mês
80 de março, sobre questões e projetos hídricos, e presidente informa que CBH-PN3 não
81 recebeu convite. Prosseguindo, o Presidente tomou a palavra, e falou sobre a
82 Resolução Conjunta SEMAD/IGAM nº 2249, de 30 de dezembro de 2014, que inclusive
83 no dia 15/01/2015 expirou o prazo para instalação de sistema hidrométrico e horímetro
84 para as captações superficiais em barramentos com regularização de vazão, e informa
85 que estamos atuando juntos com PN1 e PN2, e que foi informado pelo conselheiro
86 Thiago que a FIEMG está lutando por estas questões, e ainda reforça que falta atitude
87 e manifestações públicas contrárias a esta resolução, que tem sua legalidade
88 questionada por ser arbitrária e que todos do setor produtivo e usuários, estão
89 passíveis de ser autuados. Conselho menciona sobre a dificuldade de adesão à
90 Resolução por conta da falta de informação sobre onde adquirir os equipamentos. O
91 Presidente toma a palavra e fala sobre o Aditamento do convênio do Comitê com o
92 FHIDRO, que venceu em 31 de março, com saldo remanescente de R\$ 62 mil reais
93 (sessenta e dois mil reais) e que caso recurso fosse devolvido, perderíamos a AMVAP
94 como Gestora, que vem administrando os recursos há 2 (dois) anos, e com isso após
95 levantamento, concluiu-se que este saldo comportaria despesas do comitê até julho de
96 2015, e como há lei que determina sobre a impossibilidade da Empresa Gestora de
97 Recursos do FHIDRO, ter agente político na diretoria, que é o caso da AMVAP, o IGAM
98 aditou o contrato até 31 de julho de 2015. Continuou orientando que existe proposta do
99 Governo do Estado para fazer Agência Central para Comitês que não tem Agência de
100 Cobrança, que é o nosso caso, e sendo assim, temos opção de aderir a esta Agência

101 Central Estadual, ou associar com a ABHA Araguari. Iremos solicitar imediatamente
102 novo convênio, para não ficarmos sem recursos, afetando os trabalhos do comitê como
103 já ocorreu anteriormente. Conselheiro Nilo André B. Filho toma a palavra e sugere a
104 Caiapônia como gestora dos recursos e nessa ocasião a Representante da AMVAP, a
105 Sra. Maria Martins Pedrosa toma a palavra e informa da dificuldade em gerir tais
106 recursos, uma vez que não há contrapartida financeira. O presidente toma a palavra e
107 questiona ao representante do IGAM, o que é preciso em termo documental para a
108 Caiapônia ser Gestora dos Recursos do Comitê, mesmo o IGAM preferindo a Agência
109 Central do Governo (OSCIP) ou a ABHA. Conselheira Cristina Garvil, toma a palavra e
110 sugere que este assunto seja discutido no Fórum Mineiro das CBHs, que acontecerá
111 nos dias 14 e 15 de abril, com a diretoria do IGAM. O presidente retoma a palavra e
112 informa os conselheiros que para ocorrer um novo aditamento com a AMVAP, só se
113 houver saldo positivo dos recursos pra verificar tal possibilidade. Diante dessa
114 indefinição, o Presidente convoca os conselheiros para que juntos busquem a melhor
115 alternativa para a sequência da gestão do comitê. Ainda com a palavra, o presidente
116 fala a respeito da Crise Hídrica e as ações atuais do governo, e da importância da
117 Campanha permanente do Uso Consciente da Água a qual o Comitê pratica
118 intensamente desde julho de 2014. Presidente passou a palavra à Assessora de
119 Comunicação do comitê, Ana Cristina, que apresentou as ações realizadas na semana
120 da água, com a distribuição da cartilha educativa, produzida pelo CBH-PN3, tendo
121 como parceiros para a criação do material alguns Municípios, o IEF, a SAE Ituiutaba e
122 DMAE. Sobre as ações, que podem ser acompanhadas nas redes sociais, questionou
123 sobre eficiência do veículo de informações que é o Facebook e os sites, e pediu
124 sugestões para divulgação dos trabalhos do comitê. Informa ainda que o processo de
125 construção da cartilha contou com a participação de 300 crianças e pré-adolescentes
126 da Rede Crescer de Uberlândia, com a parceria do DMAE, que agora conhecem o
127 CBH-PN3. Pontuou que o conselheiro Volnei Ferreira de Paiva de Capinópolis fez
128 trabalho educativo nas escolas na semana da água, a conselheira Anamaria Moya tem
129 interesse em montar ação em Cachoeira Dourada, e a conselheira Cynthia Goulart
130 esteve na escola Tenda dos Morenos em trabalho educativo. A conselheira Cristina
131 Garvil toma a palavra e sugeriu incluir na cartilha, aulas, campanhas, e o assunto Pacto
132 das Águas. A tiragem inicial foi de 1000 exemplares, e proposta é trabalhar a
133 distribuição com a participação dos membros do comitê. Complementa que esta ação é
134 continua e permanente, e que o material está disponível também em PDF, caso
135 alguém precise. Presidente toma a palavra novamente para definir a questão de Novo
136 convênio dos 7,5% do FIDRO, e sobre preferências da Plenária sobre opções que
137 temos de nova Gestão dos Recursos, sendo de início a Caiapônia, a ABHA e a OSCIP,
138 ou possível aditamento do Contrato com a AMVAP, e foi sugerida pelo conselheiro
139 Gustavo Malacco, e aprovada pela Plenária, uma reunião extraordinária para o dia 05
140 de maio de 2015. Presidente informa que curso sobre Outorga da Água, de acordo
141 com o Piano de Trabalho e tendo em vista que está previsto 5 (cinco)
142 empreendimentos hidrelétricos vindo para nossa região para ser votado, o comitê tem a
143 necessidade de participar e apresentou proposta para fazer junto com a Reunião
144 Extraordinária, uma vez que já solicitamos ao IGAM a disponibilidade de ministrarem tal
145 curso, e assim decidido, iremos reforçar o pedido para as datas de 06 e 07 de maio de
146 2015, uma vez que para o curso há necessidade de disponibilidade de 2 (dois) dias.
147 Conselheira Cristina Garvil toma a palavra e questiona a possibilidade do IGAM
148 apresentar oficina do Plano Diretor na Reunião Extraordinária, para que na Reunião
149 Ordinária de 02 de junho, a pauta seja somente para a aprovação, dessa forma
150 adiantaria os trabalhos. Presidente toma a palavra e informa a todos que nos dias 14 e

151 15 de abril, irá ao Fórum Mineiro dos CBHs, em Uberaba, e que até a presente data,
152 não recebeu a pauta da reunião. Ainda com a palavra, o Presidente passa para o
153 próximo tópico da pauta, sobre a alteração do nome do comitê que tem como
154 sugestões para identificar melhor o comitê, CBH-TIJUCO, Baixo Paranaíba (que tiraria
155 afluentes mineiros), ou manutenção do nome CBH-PN3. Decidido pela maioria dos
156 conselheiros que tema será discutido na 41ª R.O. Presidente questiona os conselheiros
157 se há algum assunto a ser discutido no tópico Assuntos Gerais, e como ninguém se
158 manifestou concedeu a palavra ao conselheiro Jean de Carvalho Breves
159 representante da CEMIG, para falar sobre o Pacto das Águas, no qual elucida que na
160 realidade são 2 pactos assinados em Minas, um com o setor produtivo, que trata da
161 eficiência do uso da água, e o outro com os comitês de bacias, que aborda o acordo de
162 descontigenciamento do FHIDRO, que é o que nos interessa. Sobre a DN nº49,
163 assinada em 25 de março de 2015, esta contém diretrizes para que, caso seja
164 necessário, decretar estados de atenção, alerta e restrição. E sobre esse assunto, o
165 Comitê tem prerrogativa de se envolver e solicitar estudo de sua Bacia, tendo a palavra
166 final o IGAM. Disse ainda que comitê, em casos de escassez de água, deve se
167 comunicar com os outros comitês de Bacias e divulgar as ações da Bacia Hidrográfica
168 PN3. Na oportunidade, o conselheiro Gustavo Malacco, pede a palavra e relata que,
169 algumas questões foram alteradas na versão final do Pacto das Águas que chegou ao
170 Governador, confrontando com a Reunião declaratória, sendo mudanças de termos
171 importantes como por exemplo a palavra “adoção” por “observação” da bacia
172 hidrográfica como unidade de planejamento. Conselheiro informa ainda, com certa
173 preocupação, que no dia 30 de março de 2015, o Governador do Estado de Minas
174 Gerais aprovou decreto 46733, que tem em sua ementa Instituir Força Tarefa com a
175 finalidade de diagnosticar, analisar e propor alterações no funcionamento do Sistema
176 Estadual de meio Ambiente de Recursos Hídricos – SISEMA, tendo como
177 coordenadora a SEMAD. Conforme o Art 4º do decreto, de início, a Força Tarefa terá
178 um Comitê Executivo composto por órgãos como COPASA MG, CEMIG, CODEMIG,
179 para definir as ações, ou seja, barraram a participação da sociedade civil, que poderá
180 integrar este comitê, desde que necessário e estabelecido pela SEMAD. Com isso, o
181 receio é que o Governo pegue as outorgas e as devolva ao IGAN sem participação dos
182 comitês de bacias. Dia 10 de abril é o prazo para o 1º diagnóstico, e iremos na
183 acompanhar. Completa que solicitou ao Sr. Hideraldo Buch, que inclua este assunto na
184 pauta do Fórum Mineiro de Bacias, em Uberaba. Presidente toma a palavra e explica
185 que cada bacia tem suas aptidões e carências, e que política pública não deve ser
186 uniforme, e salienta que os representantes de classes devem se reestruturar e se
187 organizar para sobreviver ao governo. Sem mais, o presidente agradeceu a presença
188 de todos, informou que a próxima Reunião Ordinária será realizada no dia dois de
189 junho na cidade de Uberlândia na sede do CBH PN3, e a Reunião Extraordinária com o
190 curso de Outorga dias 06 e 07 de maio no Yquara Thermas em Cachoeira Dourada -
191 MG, e encerrou a reunião. Uberlândia, sete de abril de dois mil e quinze.

192 
193 **Marcelo Gouveia Guimarães**
Presidente do CBH-PN3

194 
Vofrei Ferreira de Paiva
Secretário do CBH-PN3